

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



FRANCISCO ANTÓNIO RODRIGUES DE GUSMÃO: A ARQUEOLOGIA, A EPIGRAFIA E O PATRIMÓNIO

Pedro Marques¹

RESUMO

No decorrer do século XIX, vários indivíduos formados em Medicina dedicaram-se, com maior ou menor relevo, à Arqueologia, à Epigrafia e à defesa do património. Neste trabalho propomo-nos abordar o contributo de Francisco António Rodrigues de Gusmão.

Estudante em Coimbra, estudou vários monumentos desta cidade. Décadas depois pertenceu à equipa do Instituto de Coimbra que respondeu ao questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais. Médico em Portalegre, visitou o monumento de Santa Maria da Flor da Rosa, estudou as ruínas de São Salvador de Aramenha e analisou monumentos em Portalegre. Nos seus estudos atribuiu alguma importância aos monumentos epigráficos, enquanto fontes históricas. Defendeu a preservação do património, criticando os destruidores do passado e amaldiçoando os possíveis demolidores do futuro.

Palavras-chave: Rodrigues de Gusmão, Coimbra, São Salvador de Aramenha, Portalegre.

ABSTRACT

During the nineteenth century, several doctors dedicated themselves to Archeology, Epigraphy and the defense of patrimony. In this work we propose to study Francisco António Rodrigues de Gusmão.

While student in Coimbra, he studied monuments of this city. Later he belonged to the team of the Institute of Coimbra that answered the questionnaire of the Commission of National Monuments. Doctor in Portalegre, he visited the monument of Santa Maria da Flor da Rosa, studied the ruins of São Salvador de Aramenha and analyzed monuments in Portalegre. In his studies he attributed some importance to epigraphic monuments as historical sources. He defended the preservation of the patrimony, criticizing the destroyers of the past and cursing the possible breakers of the future.

Keywords: Rodrigues de Gusmão, Coimbra, São Salvador de Aramenha, Portalegre.

1. COIMBRA

Francisco António Rodrigues de Gusmão (06/01/1815-22/02/1888) matriculou-se na Faculdade de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra no dia 14/10/1835, formando-se em Medicina e Cirurgia nesta Universidade em 30/07/1844 (Silva, 2009, p. 93).

No período de tempo em que esteve nesta cidade a estudar, interessou-se também pela sua história e monumentos, iniciando as publicações na *Revista Universal Lisbonense*, nos anos de 1841-1842. Nas descrições que efectuou de Coimbra, de feição ro-

mântica, verifica-se a exaltação de monumentos e de acontecimentos, como testemunhos de um passado glorioso (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319, 358, 395, 464-466, 476-477, 543-544, 554-555; Gusmão, 1842-1843, pp. 31-32; Saraiva & Lopes, 1996¹⁷, pp. 653-673).

1.1. A torre Quinária

O primeiro artigo versou sobre as ruínas do castelo da cidade, “outr’ora vasto e forte”, mas que uma “abominável seita” de demolidores, e seus “patriarchas”, entre os quais se contava o Marquês de Pombal, tinha destruído. Assim, exaltou o castelo

1. UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pmcmrques@hotmail.com
O autor não segue o acordo ortográfico.

no processo de construção da pátria, quer na defesa “contra os inimigos da Cruz”, os mouros, quer na defesa “[contra os inimigos] da Corôa Portuguesa”, os castelhanos. Defendeu a importância de preservar o que restava deste património, baseando-se no argumento de constituir uma “testemunha das nobres proezas de nossos maiores”. De modo a garantir a sua conservação, terminou inclusive com um esconjuro aos futuros destruidores: “O pó dos seculos, em que jazeis involtos, cegue os olhos inquisiosos dos que ousarem desbaptisar-vos do sólo [...]” (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319).

Quanto às fontes utilizadas no seu estudo, o autor citou bastante bibliografia, o que é revelador de grande erudição. No entanto, mais do que apenas citar, verifica-se alguma análise crítica, tendo o cuidado de indicar as várias teses e de formular a sua própria perspectiva, que sustentou em acontecimentos históricos e em monumentos epigráficos (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319). De facto, neste primeiro trabalho, observa-se a utilização da epigrafia como fonte histórica, consideração que se repetiu noutros estudos.

Uma questão que Rodrigues de Gusmão abordou, residiu na autoria da fundação do castelo. Alguns autores consideravam a construção da torre Quinária ou de Hércules do castelo de Coimbra, “por ventura o nucleo da fortaleza”, pelo deus greco-romano Hércules, que inclusivamente fora “Rei da Lusitania” (Gusmão, 1841-1842, p. 319). Esta tese era sustentada com base numa inscrição editada primeiramente por Bernardo de Brito Botelho, na *Historia breve de Coimbra*, de 1733, ao qual se seguiu o Padre Luiz Cardoso, no *Diccionario geografico*, de 1751 (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319, 358). Gusmão diplomaticamente retirou credibilidade a esta epígrafe, sendo actualmente considerada falsa (Gusmão, 1841-1842, p. 319; Barroca, 2000, vol. II-I, p. 533).

Rodrigues de Gusmão perfilhou a opinião que atribuía a construção da torre Quinária ou de Hércules ao rei D. Sancho I, baseando-se num monumento epigráfico medieval que tinha sido incrustado na torre no momento da edificação. Esta epígrafe foi retirada no dia 15 de Março de 1774, por ocasião do derube da torre, e deu entrada no espólio d’O Instituto de Coimbra em Maio de 1873 (Gusmão, 1841-1842, p. 319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205). A publicação do texto conheceu várias correcções desde a lição inicial na obra *Benedictina lusitana*, de 1644-1651, de Frei Leão de São Tomás. Acompanha-

mos Mário Barroca, que estranha Gusmão não seguir a leitura e interpretação mais recente e actualizada de João Pedro Ribeiro, do primeiro volume das *Dissertações chronológicas e criticas sobre a história e a jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*, de 1810. Nesta obra, o autor resolveu os problemas cronológicos da inscrição, estabelecendo o ano de 1198 (Ribeiro, 1810, pp. 27-40). De facto, Gusmão referiu somente a primeira lição, de Frei Leão de São Tomás, patente na *Benedictina lusitana*, não indicando qualquer correcção de leitura, ainda que cite no mesmo local, e noutros lugares, autores como António Coelho Gasco, através de um manuscrito de 1666 editado em 1805 e intitulado *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra*, e Francisco Leitão Ferreira, com uma lição que rectificava algumas questões cronológicas, na obra *Catalogo chronológico-crítico dos bispos de Coimbra*, de 1724, por exemplo. A respeito do contributo de Leitão Ferreira, indicou inclusivamente as questões cronológicas que a nova leitura permitia esclarecer (Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205).

Em relação ao texto epigráfico publicado por Rodrigues de Gusmão, Ribeiro leu *E* e não *AE* em *REGINE MAHALDE, NOBILISSIME, REGINE, HEC, REGINE DVLCIE, PRESIDENTE*, e *E* em vez de *IAM* em *POR-TVGALE*. Este autor não efectuou reconstituições, mantendo o texto certamente como o terá lido, excepto nas indicações cronológicas. As lições seguintes basearam-se nesta leitura, ainda que com algumas diferenças, o que corrobora a qualidade do trabalho deste autor. Por outro lado, induz-nos a pensar que Rodrigues de Gusmão não terá lido presencialmente o monumento epigráfico, preferindo seguir a primeira edição do texto. No entanto, conheceria decerto outras lições mais recentes, uma vez que citou as obras nas quais estavam patentes (Ribeiro, 1810, pp. 27-40; Gusmão, 1841-1842, pp. 318-319; Barroca, 2000, vol. II-I, pp. 530-538, n.º 205).

1.2. As origens da cidade

No segundo artigo que publicou sobre Coimbra na *Revista Universal Lisbonense*, Rodrigues de Gusmão abordou as origens da própria cidade, indicando várias teses. Uma defendia uma fundação pelo deus greco-romano Hércules, tendo em conta a inscrição falsa suprarreferida. Outra atribuía o acto aos povos pré-romanos “Collimbrios, [...] Turdulos, Gallos, e Andaluzes”. Uma terceira tese reputava

uma construção pelos povos indígenas Eborenses. A teoria mais consensual defendia uma deslocação de Conímbriga para Coimbra no período das invasões bárbaras, referindo o autor que nada se sabia ao certo antes dessa transferência (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359). Na década seguinte apresentou um novo parecer. A propósito da Sé Velha, escreveu que o edifício mais antigo da cidade, a saber o castelo, tinha sido fundado pelos romanos (Gusmão, 1857, p. 165). Uma fundação do castelo, e decerto por extensão de um núcleo populacional que deu origem à cidade, no período romano, não contrariava, no nosso entendimento, uma construção da torre Quinária pelo rei D. Sancho I, ideia que Gusmão perfilhara antes. No entanto, o autor situava neste último momento o início do edifício (Gusmão, 1841-1842, p. 319. *Vide supra*).

Gusmão não referiu qualquer fonte ou bibliografia no seu novo parecer, indicando apenas “segundo a opinião mais verosímil” (Gusmão, 1857, p. 165). A localização em Coimbra da cidade romana de *Aeminium* e a correcta explicação da transferência onomástica do topónimo Conímbriga só foi devidamente esclarecida com o trabalho de Borges de Figueiredo, no ano de 1884 (Figueiredo, 1884, pp. 67-92; Guerra, 1998, pp. 263-264). Contudo, no final da década de 40, João da Cunha Neves e Carvalho defendeu *Aeminium* em Coimbra, pelo que “a opinião mais verosímil” pode corresponder a este estudo. Este autor baseou-se nos autores clássicos, nas “inscrições lapidares” romanas e nas fontes da Alta Idade Média. No que respeita às epígrafes, não mencionou nenhuma em particular ou a sua proveniência específica, mas somente “*Eminium*”, ou seja, *Aeminium*, e referindo genericamente “*graves autores que as virão e examinarão*” (Carvalho, 1849, pp. 96-105).

Quando Gusmão editou o seu trabalho na *Revista Universal Lisbonense* já se conheciam seis inscrições romanas de Coimbra (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359). Uma, descoberta na muralha do castelo, havia sido editada pelos autores italianos Mariangelo Acúrsio e Luduvico Muratori (*CIL* II 380; Redentor, 2016, pp. 77-78, n.º 6). Quanto às outras cinco epígrafes, três foram encontradas nas ruínas do castelo. A quarta e o miliário foram descobertos nas ruínas da Couraça de Lisboa. Frei Manuel do Cenáculo registou as três primeiras. João Pedro Ribeiro publicou dois monumentos epigráficos no primeiro volume da obra *Dissertações chronológicas e criticas*

sobre a história e a jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal, de 1810, que Gusmão não citara antes, como se indicou *supra* (Ribeiro, 1810, p. 348, n.ºs 100-101; *CIL* II 368, 374, 378, 394, 4639; Redentor, 2016, pp. 76-79, n.ºs 3, 5, 7, 10). Rodrigues de Gusmão não referiu estas inscrições nos seus trabalhos, mas a sua utilização, enquanto fontes históricas, permitiria atestar o que escreveu sobre o castelo ter sido fundado pelos romanos, uma vez que a sua proveniência localizava-se maioritariamente na área do castelo (Gusmão, 1841-1842, pp. 358-359; Gusmão, 1857, p. 165). Assinale-se ainda que noutros artigos citou Frei Manuel do Cenáculo (Gusmão, 1857, p. 260; Gusmão, 1858, p. 69).

A propósito da cidade romana de Conímbriga, Rodrigues de Gusmão indicou a existência de “inscrições notáveis”, mas limitando-se a enunciar bibliografia. Mencionou as obras *Dialogos* de Frei Amador de Arrais, de 1589, *Miscellanea do sitio de N. Sª da Luz do Pedrogão Grande* de Miguel Leitão de Andrada, de 1629, e *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra* de António Coelho Gasco (Arrais², 1604; Andrada, 1629; Gasco, 1805; Gusmão, 1841-1842, p. 358).

Frei Amador de Arrais citou apenas uma epígrafe, a mesma e única que Coelho Gasco transcreveu, ainda que este último autor referisse a existência de outros “marmores antiquíssimos”. Desconhecemos monumentos epigráficos autênticos de Conímbriga publicados por Leitão de Andrada (Arrais², 1604, p. 108; Andrada, 1629; Gasco, 1805, pp. 20-22; *CIL* II 391). Este *corpus* diminuto de somente bibliografia referente a uma única inscrição contrasta com as 25 epígrafes conhecidas no tempo de Gusmão, pelo que reiteramos a consideração anterior: de o então estudante de medicina não ter observado directamente estes monumentos, neste caso do sítio arqueológico de Conímbriga (*CIL* II 366-367, 369-373, 375-377, 379, 381-393).

1.3. Os monumentos da cidade

Nos restantes artigos que editou na *Revista Universal Lisbonense* sobre Coimbra, Rodrigues de Gusmão descreveu a cidade. Enalteceu vários monumentos e acontecimentos que ocorreram no seu interior, afirmando-se sempre muito crítico quanto à destruição ou deturpação do património, com uma postura patriótica e uma moral religiosa (Gusmão, 1841-1842, p. 395, 464-466, 476-477, 543-544, 554-555; Gusmão, 1842-1843, pp. 31-32).

Condenou o projecto de demolir o mosteiro de Santa Cruz, censurando os autores que não eram analfabetos ou incultos, mas “ufanos de pomposo titulo de sábios, e arvorados em apóstolos *civilizadores* de Portuguezes embrutecidos”. Este projecto acabou por não ser concretizado (Gusmão, 1841-1842, p. 466). De facto, é um monumento ímpar do património português, tendo recebido o estatuto de panteão nacional pela Lei nº 35/2003, de 22 de Agosto (VVAA, 2003, p. 5356).

A Sé Velha sofreu algumas alterações, derrubando-se algumas ameias para construir um campanário. Gusmão não se deteve nas críticas, amaldiçoando os destruidores, à semelhança do que efectuara antes no âmbito do castelo: “Maldição aos homens, que assim deixam conspurcar o mais venerando monumento de Coimbra” (Gusmão, 1841-1842, p. 476).

Defendeu ainda a protecção do túmulo de D. Sisnando, que se situava ao lado da Sé Velha (Gusmão, 1841-1842, pp. 543-544).

Ao descrever os monumentos, apresentou igualmente algumas inscrições, mas apenas as transcreveu, sem efectuar uma análise crítica, citar bibliografia ou utilizá-las enquanto fontes históricas (Gusmão, 1841-1842, p. 465, 543; Gusmão, 1842-1843, p. 32).

O conjunto de trabalhos que Rodrigues de Gusmão publicou na *Revista Universal Lisbonense* terminou com uma promessa do autor em dedicar estudos específicos a cada um dos monumentos de Coimbra (Gusmão, 1842-1843, p. 32). Este compromisso foi concretizado na década seguinte.

Gusmão está inscrito como sócio correspondente, em Alpedrinha, da Classe de Ciências Físico-Matemáticas e da Classe de Literatura, Belas-Letras e Artes, do Instituto de Coimbra, numa listagem de 1854 (Sousa, 1855, p. 242). Entre 1885 e 1888, ano do seu falecimento, a 22 de Fevereiro, foi membro eleito da 1.ª Secção, de Literatura (Silva, 2009, p. 94; Ferreira, 2012, p. 66).²

Seja enquanto sócio, seja no começo das publicações apenas como autor, Gusmão editou vários artigos

2. No dia 10 de Junho de 1880, a propósito do tricentenário da morte de Luís de Camões e inserido nas comemorações promovidas pelo Instituto, efectuou um discurso no Centro Recreativo Portalegrense (Ferreira, 2012, p. 146).

Rodrigues de Gusmão foi ainda sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (Silva, 2009, p. 94).

no periódico homónimo *O Instituto*, desde o início da sua impressão. Alguns trabalhos versaram sobre alguns monumentos da cidade e dos seus arredores, cumprindo assim o que prometera (Gusmão, 1853, pp. 42-43, 99-102, 115-117; Gusmão, 1856, pp. 30-31, 31-32, 157-158; Gusmão, 1857, pp. 27-28, 88, 129, 141, 165-167, 174-175, 228, 284-285; Gusmão, 1858, pp. 130-131, 186-187, 202-203; Gusmão, 1859, pp. 165-166).³

Quanto aos monumentos da própria cidade, efectuou trabalhos sobre a igreja de Santiago, o mosteiro de Santa Clara, a Sé Velha, o mosteiro de Santa Cruz, o mosteiro de Celas, a igreja de Santa Justa, o palácio de Da. Maria Teles de Meneses (Gusmão, 1853, pp. 42-43; Gusmão, 1856, pp. 30-31, 31-32; Gusmão, 1857, pp. 165-167, 174-175, 228, 284-285; Gusmão, 1858, pp. 186-187; Gusmão, 1859, pp. 165-166). Na área dos arredores, assinou artigos sobre o mosteiro de São Jorge, o vale de Cozelas, a ponte de Água de Maias e a ermida da Senhora do Loreto, a ermida do Espírito Santo, Vila Franca, o Penedo da Saudade, e a Lapa dos Esteios (Gusmão, 1853, pp. 99-102, 115-117; Gusmão, 1856, pp. 157-158; Gusmão, 1857, pp. 27-28, 88, 129, 141; Gusmão, 1858, pp. 202-203). Estes itens consistiram fundamentalmente em descrições, exaltando os monumentos, assim como os acontecimentos que ali tiveram lugar e as personalidades relacionadas. Nas suas narrações incluiu também epígrafes, mas somente as transcreveu, de uma forma idêntica ao que concretizara antes (Gusmão, 1853, pp. 43, 101-102; Gusmão, 1857, p. 228; Gusmão, 1858, p. 187).

No trabalho acerca da Sé Velha, rectificou o que escrevera previamente (Gusmão, 1841-1842, p. 476). A construção de um campanário era essencial numa igreja cristã. Além disso, as várias reconstruções e modificações que o edifício sofrera ao longo dos séculos oferecia “perfeitos modelos de bom gosto em sua variada architectura” e permitia recordar “gratas memorias” (Gusmão, 1857, pp. 165-167). Acerca da antiguidade do monumento, era o segundo edifício mais antigo da cidade, sendo ultrapassado apenas pelo castelo que deveria ser do período romano (*vide supra*).

Uns anos depois, retomou os estudos sobre personalidades e monumentos de Coimbra, defendendo

3. Rodrigues de Gusmão também escreveu biografias, referências bibliográficas, estudos filológicos e históricos (cf. VVAA (dir.), 1853-1888).

novamente a preservação do património desta cidade. No artigo, que publicou no *Archivo Pittoresco*, abordou a história de D. Sisnando, a quem enobreceu pelos vários feitos, entre os quais se contavam a construção de vários edifícios na cidade. Advogou a tomada de uma acção concreta e imediata para evitar a ruína e assim conservar o túmulo do conde, repetindo o que escrevera antes na *Revista Universal Lisbonense*. Reproduziu também pela segunda vez o texto da epígrafe escrita em português, que comprovaria a sepultura de D. Sisnando. Nas diversas referências bibliográficas, citou por fim o primeiro volume da obra *Dissertações Chronológicas e Criticas sobre a História e a Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, de João Pedro Ribeiro, de 1810, obra que não indicara na década de 40, como se expôs *supra* (Gusmão, 1841-1842, pp. 543-544; Gusmão, 1865, pp. 330-331).

1.4 O questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais

No ano de 1882, o Instituto de Coimbra foi encarregue pela Câmara Municipal de Coimbra de realizar o questionário da Comissão dos Monumentos Nacionais, relativo aos monumentos históricos e artísticos do concelho. A Secção de Arqueologia nomeou os sócios Rodrigues de Gusmão, Adolfo Ferreira de Loureiro e João Correia Aires de Campos para o concretizar (VVAA, 1883, pp. 139-144; Ferreira, 2012, pp. 78-79). A escolha de Gusmão foi para nós clara, na medida em que já editara na *Revista Universal Lisbonense*, n' *O Instituto* e no *Archivo Pittoresco* vários artigos sobre os monumentos da cidade, mantendo ao longo da sua vida uma forte ligação com esta localidade (*vide supra*).

Os autores demoraram apenas três meses a concretizar a tarefa que lhes foi incumbida e no relatório defenderam a necessidade da preservação do património pelo Estado português (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 179-192; Campos, 1883, pp. 328-336, 425-432, 473-478, 521-528; Ferreira, 2012, pp. 78-79).

No âmbito da arqueologia e da epigrafia, efectuou-se somente a referência a três machados de pedra do Neolítico e a várias inscrições de diversos períodos, entre as quais do período romano, indicando o lugar de descoberta, o seu paradeiro e respectiva bibliografia (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 179-192).

Os machados do Neolítico provinham do sítio arque-

ológico de Antuzede, tendo sido oferecidos por Francisco Henriques de Sousa Seco ao Museu de Arqueologia do próprio Instituto (Campos, 1881, p. 193, n.^{os} 32-34; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, p. 192).

Foram referidas sete inscrições do período romano, especificamente seis de carácter funerário e um miliário (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 188-189, 191-192). Estas epígrafes também pertenciam ao espólio do Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra e tinham sido já editadas por João Correia Aires de Campos (*CIL* II 368, 374, 378, 394, 4639; Campos, 1874, pp. 229-235, n.^{os} 1-5; Campos, 1881, pp. 198-199, n.^{os} 16-17; *CIL* II – S 5241-5242; Redentor, 2016, pp. 76-79, n.^{os} 3-5, 7-8, 10). Ao conjunto epigráfico faltou indicar dois monumentos, de paradeiro desconhecido. Um foi publicado por Aires de Campos, o outro havia sido editado pelos autores italianos Mariangelo Acúrsio e Luduvico Muratori, e também por Hübner, no *CIL* II, obra de 1869 (*CIL* II 380; Campos, 1874, pp. 232-233, nota 2; *CIL* II – S 5244; Redentor, 2016, pp. 77-79, n.^{os} 6, 11). A situação de desaparecimento pode ser a justificativa desta omissão. Contudo, no segundo caso consideramos igualmente um desconhecimento da obra da Academia das Ciências de Berlim, assim como algum menosprezo do trabalho do epigrafista alemão. De facto, Aires de Campos citou as *Noticias archeologicas de Portugal*, criticando o autor por apontar Condeixa-a-Velha como a origem das inscrições de Coimbra (Hübner, 1871; Campos, 1874, p. 235).

Quanto às restantes epígrafes mencionadas no questionário, Gusmão tinha publicado algumas, ainda que não sejam citados directamente os artigos da sua autoria (Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 186, 189-192). Sobre o monumento epigráfico relativo à construção da torre Quinária, o questionário data-o correctamente de 1198, seguindo desta forma João Pedro Ribeiro, cuja obra Gusmão já citara (Ribeiro, 1810, pp. 27-40; Gusmão, 1841-1842, p. 319, nota 6; Gusmão, 1865, pp. 330-331; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, pp. 186, 189. *Vide supra*). Referiu-se também as inscrições da ponte real e do túmulo de D. Sisnando (Gusmão, 1841-1842, p. 465, 543; Gusmão, 1865, p. 331; Loureiro, Gusmão & Campos, 1883, p. 189).

2. CASTELO BRANCO

Em 1845, Rodrigues de Gusmão foi nomeado médico do então concelho de Alpedrinha, actualmente

pertencente ao concelho do Fundão, exercendo em todo o distrito de Castelo Branco. Foi ainda Comissário de Estudos e Reitor do Liceu de Castelo Branco entre 1853 e pelo menos 1855 (Silva, 2009, pp. 93-96). Entre 1845 e 1855, período de tempo em que exerceu funções no território de Castelo Branco, não identificámos estudos históricos, arqueológicos e epigráficos acerca deste distrito (*v.g.*, Silva, 2009, pp. 93-96). Este facto não deixa de constituir uma admiração, pois eram conhecidos monumentos na região, nomeadamente epígrafes do período romano de Idanha-a-Velha, Capinha e Monsanto (*v.g.*, *CIL* II 435-457, 459-460).⁴

3. PORTALEGRE

No ano de 1855 tornou-se médico em Portalegre, sendo posteriormente delegado de saúde deste distrito e presidente da Junta Geral distrital. Nesta região debruçou-se sobre vários monumentos (Silva, 2009, pp. 94-96).⁵

3.1. Santa Maria da Flor da Rosa, Crato

A influência romântica em Rodrigues de Gusmão verificou-se também nas razões da sua viagem ao Crato, realizada no ano de 1859. Gusmão estava fascinado pela Alda, personagem do drama romântico *O Alfageme de Santarem ou A Espada do Condestavel*, de Almeida Garrett. Deste modo, ao invés de desejar conhecer o castelo, preferia visitar o local onde viveu a “gentil donzela”, o monumento de Santa Maria da Flor da Rosa. Justificou-se o autor pela sua condição de homem de paz e não de guerra,

4. Entre os anos de 1845 e 1855, Rodrigues de Gusmão editou vários estudos da área da medicina, especificamente sobre as epidemias de Castelejo, de Lardosa e Valverde, acerca das águas sulfóreas de Alpedrinha e sobre a questão da higiene. Assinou igualmente trabalhos de âmbito biográfico, além de prosseguir os estudos sobre Coimbra, estes últimos já mencionados (Gusmão, 1853, pp. 42-43; 99-102, 115-117; 117-119; Silva, 2009, pp. 93-96. *Vide supra*).

5. Rodrigues de Gusmão prosseguiu ainda os seus estudos e respectivas publicações em medicina, acerca das epidemias de Portalegre e de Elvas, e sobre a higiene, entre outros assuntos. Igualmente as biografias, os estudos filológicos e históricos sobre Coimbra. Neste âmbito destacamos a obra sobre a importância das línguas grega e latina para a língua portuguesa, que escreveu primeiro sozinho, e depois juntamente com Carolina Michäelis de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos (Gusmão, 1857, pp. 67-69, 76-78; Silva, 2009, pp. 94-96. Cf. *VVAA* (dir.), 1853-1888. *Vide supra*).

considerando obter-se maior glória nas actividades domésticas que nas lides militares. Assim, no artigo que publicou centrou-se neste edifício, não relatando nenhuma informação do castelo (Gusmão, 1862, pp. 6-7; Saraiva & Lopes, 1996¹⁷, pp. 666, 686-693). Na descrição, expôs com algum pormenor o monumento e exaltou-o, denominando-o inclusive de “nobre alcaçar”. Narrou acontecimentos e personagens relacionados. Transcreveu duas inscrições, seguindo uma metodologia semelhante à exposta *supra*. Referiu ainda a sua má situação em termos de preservação, mas neste caso com uma análise bastante objectiva, ao contrário das críticas e dos esconjuros para proteger os monumentos de Coimbra: as “cellas” estavam destruídas; os compartimentos que até então resistiam serviam de armazém para o feno; o claustro estava ocupado por silvas; o terreno em que se situava estava permanentemente alagado (Gusmão, 1862, pp. 6-7; Sousa, 1929, pp. 63-64. *Vide supra*).

3.2. São Salvador de Aramenha

Rodrigues de Gusmão estudou as ruínas de São Salvador de Aramenha, onde localizava a cidade romana de *Medobriga*, na esteira de André de Resende, Frei Amador de Arrais e Frei Bernardo de Brito, entre outros autores. Nos artigos que publicou no *Archivo Pittoresco* observamos uma metodologia semelhante a alguns estudos que concretizou sobre Coimbra, nomeadamente a citação e transcrição de várias fontes bibliográficas e um certo grau de análise crítica a estas. Vislumbramos contudo uma diferença. O autor não enalteceu estas realidades da mesma forma que fez com Coimbra, sendo assim mais objectivo a respeito de São Salvador de Aramenha (Gusmão, 1861, pp. 394-395, 402-404. *Vide supra*). Os monumentos arqueológicos do período romano foram somente enumerados, transparecendo uma certa “secura”. Consistiam em “columnas de diferentes grandezas, capiteis, amphoras, cantarias de vários labores, medalhas de prata e bronze, [...] lapides com diferentes inscrições [...]” (Gusmão, 1861, p. 395). No âmbito da epigrafia, apresentou os textos de dois monumentos epigráficos e num caso forneceu inclusive a interpretação e tradução (Gusmão, 1861, pp. 395, 402).

Na década seguinte, surge como sócio correspondente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (Silva, 2009, p. 94). Neste âmbito, escreveu artigos sobre São Salvador de Ara-

menha para o periódico desta instituição, o *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Todavia, à excepção de 14 moedas que se encontraram aquando da construção da estrada que ligava a Espanha, assim como algumas considerações, praticamente todo o resto do trabalho editado constituiu uma cópia do que inserira no final da primeira parte e na segunda parte do *Archivo Pittoresco*. Quanto às moedas, o autor somente descreveu o anverso e o reverso, chamando a atenção para a existência de muitas outras nas mãos de particulares, assim como para a riqueza arqueológica da região (Gusmão, 1861, pp. 394-395, 402-404; Gusmão, 1874-1876, pp. 45-46, 70-71, 152-153; Marques, 2016, p. 423).

A cópia incluiu também as duas inscrições da cidade romana. Gusmão não citou qualquer bibliografia nos dois artigos, nomeadamente o duque de Lafões, Gama Xaro, Levy Maria Jordão, António Joaquim Moreira ou Emil Hübner, ainda que mencione a investigação do duque de Lafões no local. Referiu o livro de Jordão na década seguinte, no âmbito de Portalegre (*vide infra*). Pelo contrário, Hübner efectuou a citação bibliográfica nos *Additamenta* do volume IV da *Ephemeris Epigraphica*, e depois no *Supplementum*. O seu comentário foi parco, resumindo-se a uma palavra, “male”, através da qual indicou que as leituras estavam erradas. De facto, as lições apresentam diferenças (Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE IV* ad. 159-160; *CIL II – S ad.* 159-160; Marques, 2016, pp. 385, 398, 402, 423, 457).

Em *CIL II* 159, na segunda linha, Gusmão registou *C MACRO*, enquanto Hübner leu *Q MACRO*. Na terceira regra, o médico português assentou *VERITIMA DIVO*, ao contrário de *VIRITIM A DIVO* do erudito germânico. Na sexta linha, Hübner incluiu o caractere *A* em *QVAESTORI* (Gusmão, 1861, p. 395; *CIL II* 159; Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE IV* ad. 159; *CIL II – S ad.* 159). A leitura de Encarnação é semelhante à lição de Hübner. Contudo, apresenta várias restituições. Esta diferença resulta decerto das vicissitudes por que passou a epígrafe pelo menos em mais de um século, tendo sofrido desgaste e quebras (*IRCP* 618).

Quanto a *CIL II* 160, as divergências consistem basicamente em reconstituições e em duas letras: Gusmão leu *VECEFO* e *PROVINCIE LVSITANII*, Hübner compreendeu *VEGE[T]O* e *PROVINCIAE LVSITANI[A]E*, tal como depois José d’Encarnação, lição com a qual concordamos. Na última regra, o médico português foi talvez vítima de má impres-

são do *Boletim de Architectura e de Archeologia*, pois ao invés de figurar *OPTIMO*, já editado no *Archivo Pittoresco*, lê-se *TOPIMO* (Gusmão, 1861, p. 402; *CIL II* 160; Gusmão, 1874-1876, p. 70; *EE IV* ad. 160; *CIL II – S ad.* 160; *IRCP* 617).

3.3. Portalegre

Rodrigues de Gusmão interessou-se pelos monumentos de Portalegre e publicou algumas descrições no *Archivo Pittoresco*. Os monumentos estudados consistiram na Sé, no hospital e nas muralhas, e nos conventos de Nossa Senhora da Conceição, de São Francisco, de Santa Clara e de Santo Agostinho. Na década seguinte, reeditou o artigo sobre o convento de Nossa Senhora da Conceição, no *Boletim de Architectura e de Archeologia*, aumentando o texto e as referências bibliográficas. A sua postura apresenta algumas diferenças com Coimbra: a exaltação dos monumentos, acontecimentos e personalidades revela-se bastante suavizada. Concretizou análises fundamentalmente descritivas, mas também algo críticas, e diversas referências bibliográficas. A respeito do convento de São Francisco, citou as fontes sobre a sua fundação, revelando uma capacidade de análise objectiva. A censura quanto à destruição do património mantém-se no mesmo tom. Reprovou ainda a estado de insalubridade em que se encontrava o hospital, recomendando a construção de novo imóvel (Gusmão, 1862, pp. 9-11, 22-24, 65-66; Gusmão, 1864, pp. 313-315; Gusmão, 1867, pp. 153-155; Gusmão, 1877-1879, pp. 56-57, 77-78, 92-93, 108-109).

No âmbito das descrições dos monumentos reproduziu epígrafes. De algumas destas apresentou somente as respectivas transcrições (Gusmão, 1862, pp. 11, 23-24; Gusmão, 1864, p. 314; Gusmão, 1867, p. 154). Quanto a outras, utilizou-as como fontes históricas. Situam-se neste caso os monumentos epigráficos da Sé, que atestavam as datas da fundação, 1556, e de uma reconstrução, 1795 (Gusmão, 1862, p. 10). Uma inscrição comprovava os melhoramentos que o hospital tinha conhecido em 1826 (Gusmão, 1862, p. 66). Outra epígrafe evidenciava a consagração do convento de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1572 (Gusmão, 1877-1879, p. 108). O autor não citou bibliografia em nenhum destes monumentos epigráficos.

Um dos bispos de Portalegre envolvido na construção da Sé fora Frei Amador de Arrais, a propósito do qual “regressou”, em termos de investigação,

a Coimbra, pois nesta cidade tinha falecido e sido sepultado o prelado. Mas o túmulo foi profanado e novamente Gusmão criticou de forma vigorosa uma “tão impia violação”. A reprovação obteve o efeito pretendido: os restos mortais regressaram ao local de onde nunca deveriam ter sido extraídos (Gusmão, 1862, pp. 10-11).

No estudo do hospital indicou as antigas muralhas da cidade, com uma atitude oposta à que se verificou no caso do castelo do Crato. As muralhas de Portalegre eram testemunho de “glorias passadas”, pelo que não deveriam ser destruídas. Deste modo, lançou novo esconjuro, semelhante aos anteriores: “amaldiçoaremos os que ousarem desbaptisá-las, arrancando-as do solo [...]” (Gusmão, 1862, p. 66. *Vide supra*).

Condenou ainda a devastação do túmulo de Gonçalo Rodrigues de Sousa existente no convento de São Francisco, em 1834, no decorrer das guerras liberais (Gusmão, 1867, pp. 153-154).

No seu estudo sobre o hospital, indicou a existência de um “cippo romano”, referindo que a inscrição tinha sido mal lida por vários autores e prometendo editar o texto epigráfico correcto posteriormente (Gusmão, 1862, p. 66). O novo artigo foi impresso duas décadas depois, no *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Neste, copiou alguns comentários e a própria leitura da epígrafe de Frei Amador de Arrais nos *Diálogos*, obra que citara em 1862. Contudo, em 1880-1882, apenas mencionou o autor enquanto bispo de Portalegre. O único trabalho que referiu no *Boletim* foi o *Portugalliae inscriptiones romanas* de Levy Maria Jordão, não a respeito do monumento epigráfico, também patente neste livro, mas sobre a inclusão do topónimo *Ammaia* no mapa da *Lusitania*. Continuou a não citar o *Corpus inscriptionum latinarum* de Hübner (Arrais², 1604, p. 112; Jordão, 1859; *CIL* II 158; Gusmão, 1880-1882, pp. 24-25).

Esta ausência de bibliografia impede-nos de saber concretamente quais os autores que transcreveram de forma errada a inscrição. Frei Amador de Arrais não estaria incluído nos imperfeitos estudiosos, na medida em que a lição do prelado é igual à leitura de Gusmão (Arrais², 1604, p. 112; Gusmão, 1862, p. 66; Gusmão, 1880-1882, pp. 24-25). Se excluirmos Frei Amador de Arrais e também os autores estrangeiros Iacobo Strada, Jerónimo Zurita, Jan Gruter, Enrique Flórez, Juan Francisco Masdeu e José Cornide y Saavedra, cujas obras seriam por isso talvez mais difíceis de obter ou consultar, resta-nos Diogo Pereira

Sotto Maior, Jorge Cardoso e Levy Maria Jordão (*CIL* II 158).

Os três autores apresentaram diferentes divisões das linhas em relação uns aos outros, assim como quanto ao texto epigráfico editado por Gusmão (Gusmão, 1880-1882, p. 25). Sotto Maior leu *AG* ao invés de *AVG*, *CŌS II TRIB PO* e não *TRIB PO CON II*, *AMMAIA* em vez de *AMMAI* (Maior, 1984, p. 33). Jorge Cardoso manteve *AMMAIA* e *CONS II TRIB PO*, acrescentando somente a letra *N* em *CONS* (Cardoso, 1652, p. 427). Jordão considerou *AVGVST* e não apenas *AVG*, *AMMAYA* com os caracteres *Y* e *A*, e tal como Cardoso, *CONS II TRIB PO* (Jordão, 1859, p. 125, n.º 281). Cardoso e Jordão apresentaram ainda o nexu *AE* em *CAES* (Cardoso, 1652, p. 427; Jordão, 1859, p. 125, n.º 281).

Uma vez que Gusmão se propôs a transcrever a epígrafe de uma forma exacta, julgaríamos que teria analisado pessoalmente o monumento. Contudo, duvidamos deste exame presencial. Em face da inscrição, concordamos com as leituras de Hübner e de José d’Encarnação, que diferem igualmente das três lições anteriores. A paginação de Gusmão está incorrecta. Além disso, o *T* em *POT*, no final da quarta linha, existe, ainda que mais esbatido que as restantes letras. Já o *S* de *COS*, no início da quinta regra, é claro. A tradução do médico carece também de alguns melhoramentos (Gusmão, 1862, p. 66; *CIL* II 158; Gusmão, 1880-1882, p. 25; *IRCP* 616; Marques, no prelo).

Gusmão mencionou a tese que, fundamentando-se nesta epígrafe, situava a cidade romana de *Ammaia* em Portalegre. Ainda que Hübner se tenha interrogado sobre esta localização, o assunto só foi esclarecido com a descoberta de um monumento epigráfico em São Salvador de Aramenha, que refere a *Ciuitas Ammaiensis*. Este achado deve-se a Leite de Vasconcelos, no ano de 1935 (*CIL* II, pp. 20-21; Gusmão, 1880-1882, p. 25; Vasconcelos, 1935, pp. 5-9; *IRCP* 615; Guerra, 1998, pp. 273-274, 528-529).

4. RECENSÃO BIBLIOGRÁFICA: ARQUEOLOGIA

Rodrigues de Gusmão assinou uma recensão crítica à obra *Noções elementares de archeologia* de Joaquim Possidónio da Silva no *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Neste artigo, o médico demonstrou possuir um bom conhecimento dos monumentos arqueológicos, assim como da bibliografia especiali-

zada. Citou a obra *Noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*, de Francisco António Pereira da Costa, a respeito dos monumentos megalíticos. Referiu a *Dissertação critico-philologico-historica* [...], de Luiz António de Azevedo, sobre o teatro romano de Lisboa. Indicou o *Relatorio sobre o cemiterio romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*, de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, acerca da necrópole da cidade romana de Balsa. Mencionou ainda o livro *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, de Augusto Filipe Simões, no âmbito do capítulo referente à Idade Média (Silva, 1878; Gusmão, 1877-1879, pp. 4-5). Gusmão sugeriu também o desenvolvimento do assunto da arqueologia cristã. Desconhecemos qual a influência que este comentário tenha surtido em Possidónio da Silva, mas em 1887, este autor editou o *Resumo elementar de archeologia christã*, onde desenvolveu a temática (Gusmão, 1877-1879, p. 5; Silva, 1887). No final da recensão, Gusmão efectuou ainda um excuro pela arquitectura dos templos romanos, copiando fundamentalmente o texto de Possidónio da Silva (Silva, 1878; Gusmão, 1877-1879, pp. 5-6).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisco António Rodrigues de Gusmão, médico, dedicou-se à Arqueologia, à Epigrafia e à defesa do património. O seu contributo permanecia pouco estudado, pelo que existia um particular interesse em abordarmos o seu labor.

Rodrigues de Gusmão publicou vários trabalhos sobre monumentos de Coimbra e da região de Portalegre. Nalguns, concretizou análises objectivas, com referências bibliográficas. Noutros, apenas descreveu os monumentos. Em ambos os casos, contribuiu para a difusão do conhecimento do património destas localidades, e certamente por conhecer bastante bem a realidade coimbrã, pertenceu à equipa que respondeu ao inquérito da Comissão dos Monumentos Nacionais.

O médico transcreveu várias inscrições, de diversos períodos históricos, distinguindo-se ao considerar estes monumentos como fontes históricas autênticas. No âmbito da análise epigráfica, demonstrou possuir capacidade crítica para discernir sobre a veracidade de monumentos epigráficos. Contudo, e

apesar de uma vez ter informado os leitores que iria publicar os textos correctos, parece não ter observado directamente as inscrições, o que resultou em alguns erros de leitura.

Nos artigos destaca-se a defesa da preservação do património. Os monumentos eram únicos, relacionados com acontecimentos e personalidades de grande valor não só histórico, mas também patriótico, para Portugal. De modo a impedir as destruições, não deixou de amaldiçoar os obreiros de tão pérfidas empresas.

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas
CIL II = Hübner, 1869
CIL II – *S* = Hübner, 1892
EE IV = Hübner, 1881
IRCP = Encarnação, 1984

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADA, Miguel Leitão de (1629) – *Miscellanea do sitio de N. S.ª da Luz do Pedrogão Grande*. Lisboa: Matheus Pinheiro.
- ARRAIS, Frei Amador de (1604) – *Dialogos*. 2.ª edição. Coimbra: Diogo Gomes Loureiro.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto: FCG & FCT.
- CAMPOS, João Correia Aires de (1874) – Secção de archeologia. Catalogo dos objectos existentes na collecção de archeologia do Instituto de Coimbra. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 20, pp. 229-240.
- CAMPOS, João Correia Aires de (1881) – Secção de archeologia. Catalogo dos objectos existentes no Museu de archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da secção de archeologia do mesmo instituto. Supplemento compreendendo os objectos offerecidos e depositados desde abril de 1877. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 28, pp. 192-200.
- CAMPOS, João Correia Aires de (1883) – Questionario e sua resposta III. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 328-336, 425-432, 473-478, 521-528.
- CARDOSO, Jorge (1652) – *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Officina Craesbeekiana. 1.
- CARVALHO, João da Cunha Neves e (1849) – [Sobre a situação de Eminium]. *Actas das sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1, pp. 96-105.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

- FERREIRA, Lúcia Rodrigues (2012) – *Instituto de Coimbra: O percurso de uma academia*. Coimbra: Universidade de Coimbra & FCT. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21257/1/IC%20O%20percurso%20de%20uma%20academia.pdf>>. [Consulta realizada em 20/10/2016].
- FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de (1884) – Oppida restituta. As cidades mortas de Portugal. Eminio (Coimbra). *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa. Série V. 2, pp. 67-92.
- GASCO, António Coelho (1805) – *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra*. Lisboa: Imprensa Régia.
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular. Dissertação de doutoramento em História Clássica*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (Policopiado).
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1841-1842) – O castello de Coimbra; Fundação de Coimbra; Vista exterior de Coimbra; Vista interior de Coimbra. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. 1, pp. 318-319; 358; 395; 464-466, 476-477, 543-544, 554-555.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1842-1843) – Vista interior de Coimbra. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. 2, pp. 31-32.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1853) – Igreja de Sanct'Iago de Coimbra; O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra; Elementos de hygiene pública. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 1, pp. 42-43; 99-102, 115-117; 117-119.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1856) – Mosteiro de Sancta Clara de Coimbra; Tumulo do Bispo de Coimbra D. Tiburcio; Arredores de Coimbra I. Valle de Cozelhas. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 4, pp. 30-31; 31-32; 157-158.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1857) – Arredores de Coimbra II. Ponte d'Água de Maias; O estudo das linguas grega e latina é necessario para o perfeito conhecimento da portugueza; Arredores de Coimbra III. Ermida do Espirito Santo; Arredores de Coimbra IV. Villa Franca; Arredores de Coimbra V. Penedo da Saudade; Monumentos de Coimbra I. Sé Velha; O escudo d'el-rei D. Affonso Henriques; Tumulo de Dona Vetaça; Aponamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana. I. Jeronymo Soares Barbosa; Monumentos de Coimbra II. Mosteiro de Cellas. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 5, pp. 27-28; 67-69, 76-78; 88; 129; 141; 165-167; 174-175; 228; 259-262; 284-285.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1858) – Aponamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana. II. António Soares Barbosa; Encanamento do Mondego; Monumentos de Coimbra III. Templo de Sancta Justa; Arredores de Coimbra IV. Lapa dos Esteios. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 6, pp. 68-70; 130-131; 186-187; 202-203.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1859) – Monumentos de Coimbra IV. Palacio de D. Maria Telles de Menezes. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 7, pp. 165-166.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1861) – Aponamentos archeologicos. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 4, pp. 394-395, 402-404.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1862) – Flor da Rosa; Sé de Portalegre; Hospital de Portalegre. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 5, pp. 6-7; 9-11, 22-24; 65-66.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1864) – Tumulo do bispo D. Jorge de Mello. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 7, pp. 313-315.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1865) – O conde D. Sisnando. O seu tumulo. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 8, pp. 330-331.
- GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de (1867) – Portalegre. *Archivo Pittoresco*. Lisboa. 10, pp. 153-155.
- GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1874-1876) – Aponamentos archeologicos. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 1, pp. 45-46, 70-71, 152-153.
- GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1877-1879) – Bibliographia – Noções elementares de archeologia por J. P. Narciso da Silva; Os templos romanos (Capitulo d'um livro inedito); Memoria historica do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de monjas da Ordem de Cister da cidade de Portalegre. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 2, pp. 4-5; 5-6; 56-57, 77-78, 92-93, 108-109.
- GUSMÃO, Francisco Rodrigues de (1880-1882) – Templo do Espirito Santo de Portalegre. Uma antigualha. *Boletim de Architectura e de Archeologia*. Lisboa. Série II. 3, pp. 24-25.
- HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptiones Hispaniae latinae*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.
- HÜBNER, Emil (1871) – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia. [Tradução de HÜBNER, Emil (1860-1861) – *Epigraphische reiseberichte aus Spanien und Portugal. Auszug aus den monatsberichten der Königlich Akademien der Wissenschaften zu Berlin*. Berlim: Academia das Ciências de Berlim.]
- HÜBNER, Emil (1881) – Additamenta ad corporis vol. II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlim. 4, pp. 3-24.
- HÜBNER, Emil (1892) – *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptionum Hispaniae latinarum supplementum*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.
- JORDÃO, Levy Maria (1859) – *Portugalliae inscriptiones romanas*. Lisboa: Typis Academicis. 1.
- LOUREIRO, Adolfo; GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de; CAMPOS, João Correia Aires de (1883) – Questionario e sua resposta II. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 179-192.

MAIOR, Diogo Pereira Sotto (1984) – *Tratado da cidade de Portalegre. Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins*. Edição original de 1619. Lisboa & Portalegre: Imprensa Nacional – Casa da Moeda & Câmara Municipal de Portalegre.

MARQUES, Pedro (2016) – *A epigrafia da Hispania na correspondência epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos. Dissertação de doutoramento em Arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (Policopiado).

MARQUES, Pedro (no prelo) – Médicos, arqueólogos e epigrafistas na segunda metade do século XIX. *I Congresso de história das ciências da saúde. Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*. Lisboa.

REDENTOR, Armando (2016) – Sobre a epigrafia romana de Aeminium. *Conimbriga*. Coimbra. 55, pp. 57-89.

RIBEIRO, João Pedro (1810) – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (1996) – *História da literatura portuguesa*. 17.^a edição. Porto: Porto Editora.

SILVA, Joaquim Candeias da (2009) – Contactos e interrelações na história da medicina da Beira Interior: Lembrança do Dr. Francisco António Rodrigues de Gusmão (1815-1888). *Cadernos de Cultura*. Castelo Branco. 23, pp. 93-96.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1878) – *Noções elementares de archeologia*. Lisboa: Lallemand Frères.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1887) – *Resumo elementar de archeologia christã*. Lisboa: Lallemand Frères.

SOUSA, J. Alves de (1855) – Direcção do Instituto de Coimbra. *O Instituto*. Coimbra. Série I. 3, pp. 240-242.

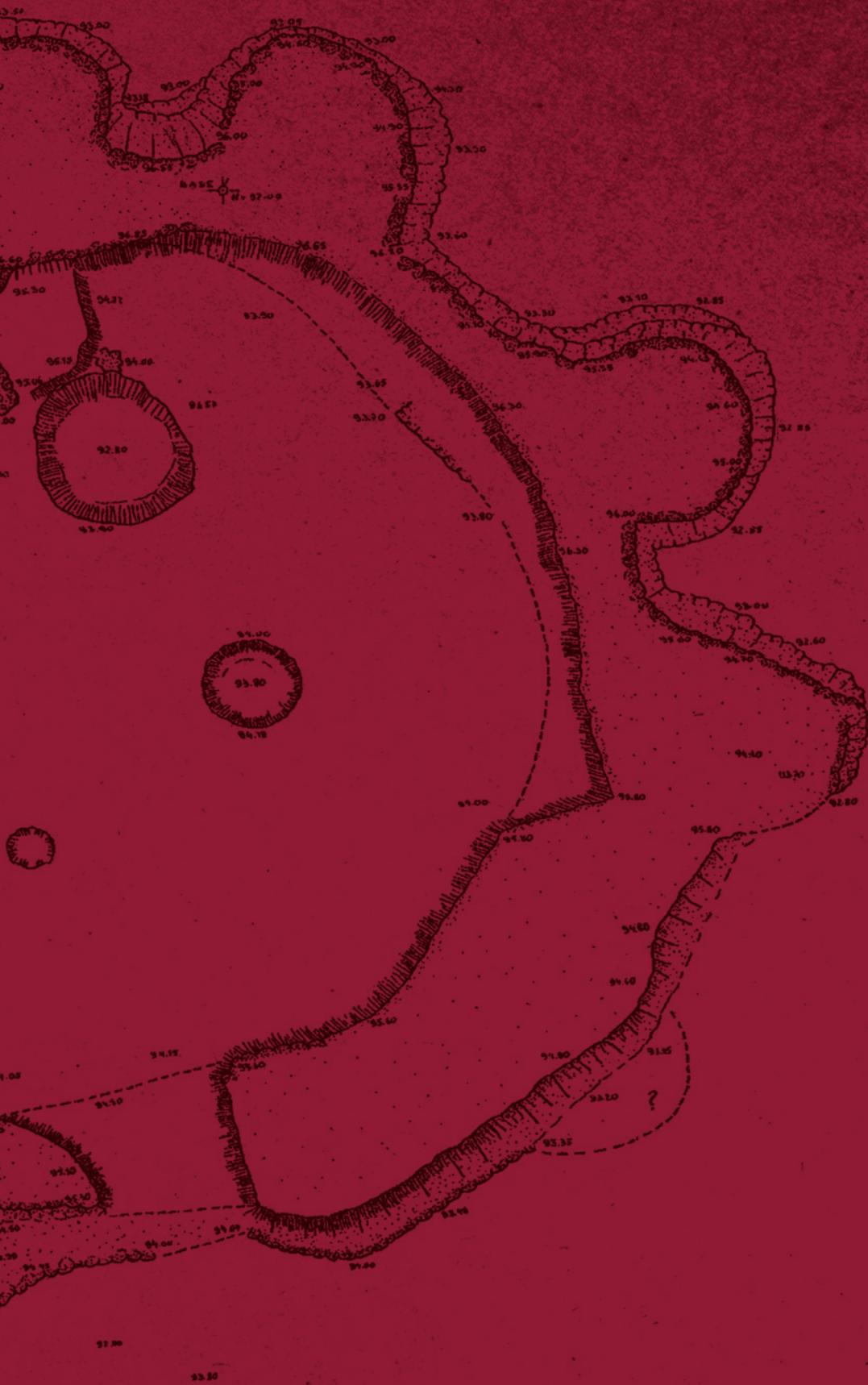
SOUSA, Tude M. de (1929) – Algumas vilas, igrejas e castelos do antigo priorado do Crato (Crato – Flor da Rosa – Amieira). Conferência realizada na noite de 6 de Junho de 1929 na Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Arqueologia e História*. Lisboa. 7, pp. 53-82.

VASCONCELOS, José Leite de (1935) – Localização da cidade de Ammaia. *Ethnos*. 1, pp. 5-9.

VVAA (1883) – Questionario e sua resposta I. *O Instituto*. Coimbra. Série II. 30, pp. 139-144.

VVAA (2003) – Lei n.º 35/2003, de 22 de Agosto. *Diário da República. I Série-A*. Lisboa. 193, p. 5356.

VVAA (dir.) (1853-1888) – *O Instituto*. Coimbra. Série I. 1 – Série II. 35.



Patrocinador oficial